

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento N.º de 2022

Requer a convocação do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, para que preste esclarecimentos últimos acerca dos acontecimentos envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, especificamente sobre a morte de dois agentes na BR-116; a abordagem que resultou no óbito de Genivaldo de Jesus dos Santos; a operação nas favelas do Rio de Janeiro que resultou na morte de vinte duas pessoas; e a operação padrão adotada por parte da categoria demandando recomposições salariais.

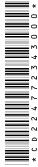
Senhor presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 50, da Constituição Federal, combinado com o 219, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **convocação** do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, **Anderson Gustavo Torres**, para que preste esclarecimentos acerca dos últimos acontecimentos envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, especificamente sobre a morte de dois agentes na BR-116, no Ceará, a abordagem que resultou na morte de Genivaldo de Jesus dos Santos, em Sergipe, a operação nas favelas do Rio de Janeiro que resultou na morte de vinte duas pessoas e a operação padrão adotada por parte da categoria demandando recomposições salariais.

Solicitamos que a convocação seja realizada em **conjunto com as Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Direitos Humanos e Minorias**, de modo que possamos realizar, com a presença do Ministro, um amplo debate sobre como as condições de trabalho da categoria podem influenciar em possíveis violações a direitos e garantias fundamentais (Art. 32, Inciso IV, alínea "d", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

Sala das Comissões, 27 de maio de 2022.





JUSTIFICATIVA

Nos últimos dias, diversos fatos fizeram com que a Polícia Rodoviária Federal estivesse no centro dos debates na mídia. O primeiro, ocorrido no dia 18 de maio de 2022, na BR-116, no Ceará, redundou na morte de dois agentes da Polícia Rodoviária Federal-PRF- que atuavam na ocorrência de um acidente de trânsito. De acordo com testemunhas, um homem seguia pela rodovia caminhando entre os carros, e, ao ser abordado pelos agentes, reagiu, roubou a arma de um deles e atirou, matando-os imediatamente.

O outro fato, acontecido esta semana, em Sergipe, redundou na morte do sr. Genivaldo de Jesus dos Santos, após abordagem realizada por agentes da PRF. Segundo imagens que circulam na internet, o homem, ao resistir à abordagem, teria sido preso dentro da viatura, vindo a óbito em seguida por sufocamento causado pelo gás lançado por policiais.

Além disso, uma operação realizada no Rio de Janeiro, da PRF em conjunto com o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro e com a Polícia Federal, resultou em 22 mortes, gerando questionamentos acerca da letalidade da incursão na comunidade afetada.

Por fim, nos últimos meses, movimentos reivindicatórios da categoria surgiram em todo o Brasil solicitando que o Governo Federal cumpra a promessa de reestruturação e conceda o aumento prometido em 2021.

Todos os casos narrados ilustram bem a situação das corporações policiais no Brasil, que, além de expostas aos mais diversos riscos inerentes à profissão, precisam lidar diariamente com o desrespeito e a falta de estrutura e de valorização, expondo a população a enormes riscos.

Diante desse cenário, requeremos a convocação do Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública para que possa esclarecer, em reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Direitos Humanos e Minorias, quais foram as medidas empregadas pelo Ministério para apurar os fatos supramencionados, quais ações têm sido adotadas para a melhoria da estrutura, do preparo e da valorização das carreiras policiais, e de como essas melhorias podem influenciar na melhoria do serviço prestado à sociedade.





Convicto do apoio dos nobres pares, pugno pela aprovação do presente requerimento neste colegiado.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2022.

Dep. Delegado Waldir (UNIÃO/GO)



